

QUE HISTÓRIA É ESSA DE CASOS DE ENSINO NA EDUCAÇÃO?

Editores

Edney Wagner da Silva

Claudia Starling Bosco

Fernando Miranda Arraz

Edição junho 2024



A pesquisa (auto) biográfica, através de seus vários dispositivos como os casos de ensino, nos provoca a puxar o primeiro fio de memória, que age como o desenrolar de um novelo de lã que vai aos poucos jogando no papel um turbilhão de emoções carregadas de sentimentos e sensações, e ao revive - las conseguimos refletir e ressignifica - las. Como nos recorda Passeggi (2011) "ao narrar sua própria história, a pessoa procura dar sentido às suas experiências e, nesse percurso, constrói outra representação de si: reinventa - se. Nesse sentido apresento neste jornal um caso de Ensino que foi analisado minha pesquisa sobre meu percurso como professor de geografia da Rede Estadual de Educação de Minas Gerais, no contexto da implementação da Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017). Ela está sustentada nos pressupostos teóricos e metodológicos da pesquisa (auto)biográfica, utilizando como dispositivo de investigação os Casos de Ensino, na perspectiva da pesquisa-formação. Tem como fontes de pesquisa a produção escrita e a socialização de Casos de Ensino a partir de um projeto de extensão universitária. A interpretação das fontes de pesquisa foi realizada a partir da Análise Interpretativa e Reflexiva, inspirada nos estudos de Souza (2014), Delory-Momberger (2016) e Mizukami (2002).

PROPOSTA DE LEITURA

Nessa obra publicada pelo Grupo de Pesquisas e Estudos sobre o Ensino Médio - EM Debate. Estou promovendo uma discussão no capítulo - 3 intitulado "Narrativas docentes Acerca do Processo de Implementação do "Novo" Ensino Médio (Lei 13.415) : Desafios e Retrocessos, com intuito de colaborar com o debate sobre esse tema. Em uma hora crucial para essa etapa da educação básica, quando se encontra em marcha a luta de docentes, pesquisadores/as, estudantes, associações profissionais, fóruns, sindicatos, entre outros grupos e instituições, pela revogação integral da reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017). Essa reforma foi realizada em 2016/2017, no governo de Michel Temer, por meio de Medida Provisória (MP), logo após o golpe promovido pelos setores mais conservadores do Congresso Nacional, pelo empresariado e pelas mídias privadas dominantes em nosso País, em que a legítima presidenta da República, Dilma Rousseff,

Acesse Aqui



Scan me

ENSINO MÉDIO "EM DEBATE": Pesquisas, Currículos, Tensões e Disputas

Organizadoras

Bruna de Oliveira Gonçalves

Carolina Giovannetti

Jéssica Sapore de Aguiar



Análise do Caso de Ensino: redução da carga horária

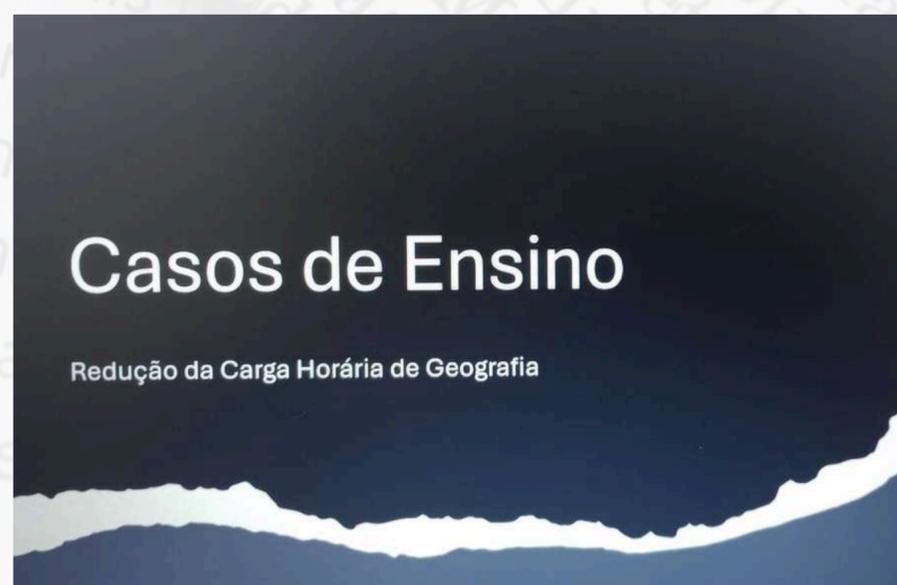
Nestes 20 anos como professor de geografia da Rede Estadual de Educação de Minas Gerais, sempre atuei junto ao movimento sindical de professores SindUTE/MG, sendo hoje Diretor Sindical e coordenador do Departamento de Formação Sindical e Política da subseção do SindUTE na cidade de Sete Lagoas/MG. Além de atuar no movimento sindical, também sou Presidente do Conselho do FUNDEB, da Secretaria Municipal de Educação de Paraopeba/MG. No ano de 2012, conseguimos, através da luta sindical, a aprovação da Lei nº 20.592/2012, que estabelece o cumprimento de um terço da carga horária do professor para o planejamento escolar. Com a homologação dessa lei, considerando a jornada de trabalho do professor do estado de Minas Gerais, que é de 24 horas semanais, o professor passa ter direito de reservar um terço dessa jornada para elaboração do planejamento e de outras atividades inerentes à docência. Porém, essa modificação levou à redução do número de aulas a serem ministradas pelo professor de 18 aulas semanais para 16, sem perda salarial ou diminuição da quantidade de aulas de cada disciplina em cada série escolar. Como exemplo, cito a disciplina de geografia, com a qual eu trabalho: ela tinha uma carga horária de duas aulas semanais, nos três anos do Ensino Médio, e continuou com a mesma carga horária, de 80 horas aulas anuais (Excerto dos Casos de Ensino do pesquisador, 2024).

Baseado nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise Interpretativa e Reflexiva descrita em nossa pesquisa, a primeira dimensão que aparece no excerto acima está relacionada a “NÓS: temporalidade e contextos – Historicidade”, por evidenciar aspectos referentes à temporalidade. Nas primeiras linhas desse relato, fica claro para os leitores que não sou um professor iniciante, e como afirma Soares (2020, p. 80) “a experiência docente não se traduz ou se reduz ao acúmulo de fórmulas ou conhecimentos teórico-práticos, são multidimensionais atuando na constituição da identidade, personalidade, criticidade entre outros aspectos”. Para mim, é importante deixar claro meus anos de docência, devido ao fato de eles trazerem, implicitamente, uma carga de conhecimentos que só podem ser adquiridos na vivência docente.

Outra dimensão a se destacar é a “EU: subjetividades – Ser professor”, pois os elementos que julgo serem importantes em minha trajetória e identidade profissional estão se entrelaçando à experiência docente, consciência de classe, cidadania e luta sindical. Defendo, na esteira de Delory-Momberger (2016, p. 145), a ideia de que a “preocupação com a educação humana dá [...] uma responsabilidade particular, que não é apenas de ordem científica, mas também ética e política”, pois acredito que a educação não se faz só dentro do ambiente escolar, mas sim nas diversas áreas de atuação social.

Também fica evidente no excerto a dimensão “NÓS: temporalidade e contextos – Comunidade escolar”, pois, para mim, a profissão docente e o ensino estão além dos muros da escola, na luta por direitos de classe e como guardião dos recursos destinados à educação da sua comunidade. Reforça-se sua responsabilidade não apenas com o conteúdo curricular teórico, mas como ele se desenvolve na prática social e contribui para a formação cidadã, deixando bem claro, como argumenta Delory-Momberger (2016), “que para ser professor é necessário, enquanto sujeito, estarmos no meio dos outros e no seio da sociedade”.

Na turma do primeiro ano do Novo Ensino Médio, algumas disciplinas sofreram redução na sua carga horária anual, como é o caso da minha disciplina, geografia. Antes da reforma, eu ministrava duas aulas semanais, e hoje tenho apenas uma aula em cada turma do Ensino Médio por semana. Isto é, foi uma redução de 50% da carga horária anual de uma disciplina, a que antes eram garantidas 80 horas aulas anuais. Sempre me pergunto: como vou ser professor de geografia nesse contexto? O que ensinar? Se antes já achava pouco tempo, agora nem se fala! Ou seja, agora tenho 40 horas aulas anuais para me dedicar ao ensino, considerando o mesmo conteúdo. Questiono: quem teve essa “brilhante” ideia? A quem essa redução atende? Que perspectiva de educação e de docência está presente nessa lei? Não me vi respeitado e nem participante dessas decisões, pois essas mudanças retratam o reflexo da implantação de uma reforma sem o diálogo conosco, professores(as). Essa reforma provocou uma mudança na matriz curricular do Ensino Médio que agora passa a ser composta pelos tais itinerários formativos. Outra falácia! Assim, o desafio de ser professor de geografia fica mais complicado, pois o que vou selecionar para trabalhar? Acredito que esse também seja um enorme desafio para outros professores das outras disciplinas. Além de ter consequência na diminuição do tempo de discussão com os estudantes e de socialização das atividades, o tempo está corrido demais para fazer tudo que preciso, principalmente porque gosto de problematizar o conteúdo com os estudantes. Refletindo sobre a questão do tempo, percebo que a falta de tempo para exercer a minha docência tem provocado consequências desastrosas, tanto na compreensão dos conteúdos quanto no contato comigo, professor regente e alunos (Excerto dos Casos de Ensino do Pesquisador, 2024).



Esse excerto, embora seja um pouco longo, ele apresenta interessantes contribuições para a análise a partir da dimensão “EU: subjetividades – Emoções e tensões”, ficando evidente, logo nas primeiras linhas, que desperta em mim uma ansiedade em relação ao tempo, com a redução da carga horária em geografia, o que causa um estranhamento sobre os interesses que envolve a reforma do Ensino Médio, gerando incertezas e ansiedade ao levantar algumas questões que estão de acordo com as ideias de Apple quanto às reformas educacionais: “Que grupos lideram tais esforços reformistas? E quem ganhará e quem perderá em consequência de tudo isso?” (1994). Essas indagações têm me levado a refletir sobre qual é o verdadeiro papel das reformas educacionais, pois são um produto de tensões em relação a um campo a ser dominado. Isso quer dizer que o resultado dessa disputa pode ser manipulado de acordo com os interesses de determinado grupo que exercer o poder. Como consequência, esse grupo consegue que sua ideologia seja capilarizada na sociedade, principalmente quando fica claro que o interesse é retirar gradualmente da base obrigatória disciplinas que contribuem para compreensão da sociedade e o desenvolvimento do senso crítico. Como afirma Gauthier (1998, p. 375), “os saberes das ciências humanas se caracterizam principalmente por sua [...] contradição”.

A dimensão que aparece em seguida na análise desse caso é “COM o outro: interações – Compartilhar e construir saberes”, pelo fato de revelar preocupação não só em relação ao desafio de ser professor de geografia, mas com o vínculo professor-aluno e os docentes de outras disciplinas que passam pelo mesmo processo de apagamento curricular nas atuais condições de trabalho. Isso porque a reforma não afeta só a sua unidade escolar e estado, ela acontece em todo território nacional e em diferentes configurações, o que leva não somente à precarização dos conteúdos, mas também das relações, lembrando que, de acordo com Freire (2015, p. 116), e sua concepção problematizadora, “o conteúdo programático da educação não é uma doação ou uma imposição, mas devolução organizada, sistematizada e acrescentada ao povo daqueles elementos que este lhe entregou de forma desestruturada”. Isso demonstra um respeito ao saber do outro, admitindo que a produção de conhecimento só pode ocorrer na troca, ou seja, no coletivo, tendo como princípio a solidariedade desinteressada entre os envolvidos.

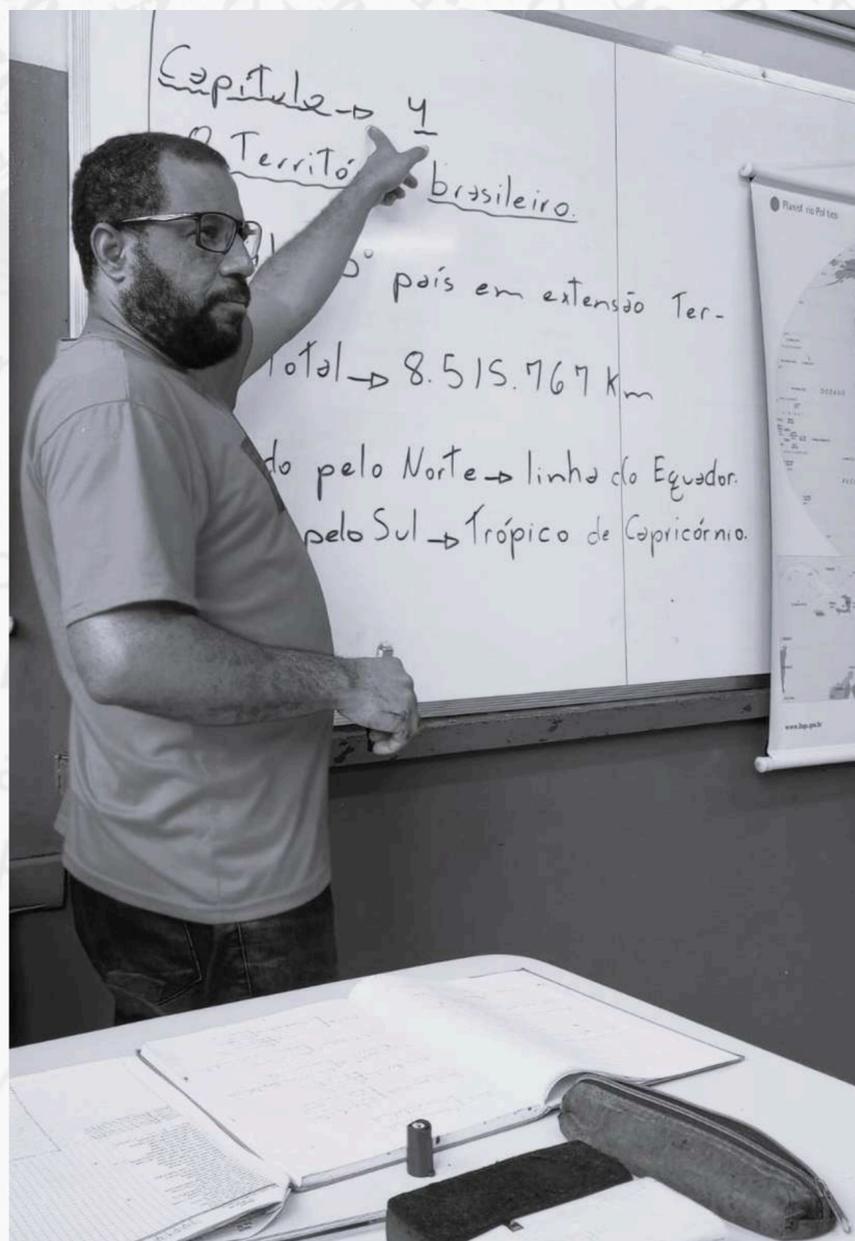
A leitura do “Caso de Ensino: redução da carga horária”, no projeto de pesquisa e extensão universitária “Casos de Ensino COM Professores(as): Experiências Formativas e Docentes” ocorreu na primeira reunião, realizada em 25 de novembro de 2022, em uma sexta-feira, às 14h, via Google Meet, que foi gravada.

A gravação ficou à disposição dos participantes por 72 horas, após a realização do encontro, e foi posteriormente apagada, devido à falta de local na web para guardar os vídeos de forma gratuita e segura por um longo período de tempo, e pelo fato de nem sempre conseguirmos que todos os participantes do projeto assinassem Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), por diversos motivos. Durante esse período, tive acesso à gravação e pude realizar a Análise Interpretativa e Reflexiva pela minha perspectiva da leitura do caso para os integrantes do grupo – nesse caso específico, para realizar a análise da dimensão “COM o outro: interações” e os aspectos que a compõem, dentre os quais aquele que mais ficou evidente foi o “Corpos em movimento”, durante a observação.

Pude me ver ali, naquela tela, diante de uns 20 participantes do projeto, lendo meu Caso de Ensino, podendo analisar as minhas reações, como as mudanças faciais que ocorriam, após a leitura de cada parágrafo, assim como os movimentos involuntários de minhas mãos. Assistindo àquele vídeo, ainda podia sentir o nervosismo que senti naquele dia, o medo de meu caso não promover as discussões tão aguardadas por mim.

Contundo, após a leitura, a coordenadora do grupo, Profa. Dra. Claudia Starling, abriu para as discussões, que foram bem acaloradas, com professores defendendo o Novo Ensino Médio e a redução da carga horária de algumas matérias, enquanto outros participantes se manifestavam totalmente contra, como eu. Dava para ver em meu semblante quando alguém defendia o Novo Ensino Médio, a mudança na minha expressão facial, como um ato de discordância, que eu achava que era velado, mas estava ali, estampado em minha cara a discordância com aquela ideia, disfarçada por um sorriso amarelado que não enganava ninguém! Naquele grupo.

É quando nosso corpo fala, contra nossa racionalidade ele age. Eu me coloquei ali, como dizia Freire (2021, p. 8), aberto “a novas reflexões [...] a uma nova experiência, sempre desafiadora, sempre fascinante, a de lidar com uma temática, o que implica desnudá-la, clareá-la, sem que isto signifique jamais que o sujeito desnudante possua a última palavra sobre a verdade dos temas que discute”. Ao assistir àquele vídeo, pude perceber que, muitas vezes, realmente perdemos o controle sobre nós mesmos, devido à situação que estamos vivendo – e mesmo sem dizer nada, achamos que temos a verdade dos temas que discutimos. Por isso, defendo uma formação continuada que leve em consideração momentos de discussão em grupo, como os dispositivos de pesquisa-formação Casos de Ensino e Análise Interpretativa e Reflexiva, que nos permitem realizar uma reflexividade narrativa.



Essa redução na carga horária também impactou no meu salário, acredito que no de outros professores também, pelo fato de nós, professores efetivos da Rede Estadual de Educação de Minas Gerais, termos direito à extensão de carga horária. No estado, o cargo completo de um professor é de 16 aulas semanais, e a extensão é a quantidade de aulas que podemos assumir além das 16 aulas semanais. A redução no salário ocorreu devido ao fato de que, ao longo de minha carreira, sempre contei com a extensão de carga horária. Com essa nova situação, me vejo “obrigado” a lecionar disciplina de Humanidades, dos Itinerários Formativos, para tentar manter o nível salarial. Como as disciplinas dos Itinerários Formativos geralmente estão no sexto horário, tive que abandonar a disciplina para cursar o PROMESTRE, devido à incompatibilidade de horário. Às vezes, a sensação é que estou enxugando gelo ou no meio de uma tempestade. Agora, com o novo governo, temos aberta uma consulta pública para discutir quais serão os novos caminhos que devem orientar o Ensino Médio, sem uma definição definitiva se ele vai ser revogado, reformulado. Espero que seja construída sobre outros pilares educacionais, que realmente atendam aos anseios de todos. No meu caso, que leciono exclusivamente no Ensino Médio, fica a preocupação sobre a situação dos meus estudantes e de tantos outros estudantes que sofreram com um ensino precarizado no período pandêmico devido à desorganização do estado. Fico me perguntando: como será o nosso futuro depois de tantas mudanças desastrosas, e como será reparado o direito constitucional de acesso a uma educação de qualidade, pautado na justiça social? (Excerto dos Casos de Ensino do pesquisador, 2024).

Esse terceiro fragmento do texto apresenta os aspectos relacionados à dimensão “NÓS: temporalidade e contextos”, e o primeiro traço a ficar evidente é o socioeconômico, que reforça a desvalorização dos(as) professor(as) não só quanto às condições de trabalho, mas também salarial. Como afirma Oliveira (2021, p. 726), “os/as professores/as de Educação Básica no Brasil recebem remuneração mais baixa quando comparados aos de outros países, inclusive da região latino-americana”. Essa precarização salarial docente, em nosso caso, tem um impacto direto na jornada de trabalho, pois temos que trabalhar muitas vezes o dobro ou até o triplo de horas para ter um salário digno, o que impõe uma rotina desgastante e falta de tempo para dedicar à formação continuada.



Novamente, a dimensão “NOS: temporalidade e contextos – O tempo e espaços escolares” fica evidenciada, pois, com a implementação da reforma, a carga horária dos alunos foi alterada de cinco aulas no turno da manhã para seis, o que obrigou a escola a criar um sexto horário para comportar os Itinerários Formativos, alterando a rotina escolar, com impacto direto na vida do docente. De acordo com Tardif e Lessard (2009, p. 44), “a organização escolar na qual o trabalho é desenvolvido tampouco é um mundo fechado: ela não é autônoma, mas participa de um contexto social”. Como a escola e seus atores estão envolvidos em um contexto social global. Qualquer reforma no sistema de ensino que se diga séria tem que levar em consideração as condições que envolve o trabalho docente dentro e fora da escola e a perspectiva de formação continuada, sendo necessário discutir a disponibilidade de tempo e as condições financeiras para que essa formação aconteça dentro ou fora do ambiente escolar, assim como as características do corpo docente.

Outro elemento da dimensão “NÓS: temporalidade e contextos – Comunidade escolar” que fica evidente nesse excerto é o sociopolítico, justamente pelas reformas escolares em nosso país ao longo de nossa história estarem ligadas à conveniência e aos tensionamentos políticos, como é o caso da Lei nº 13.415/2017. Essa lei teve sua origem em uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC), que, por sua característica institucional, teve rápida tramitação no Congresso Nacional, impedindo o diálogo necessário com vários setores da sociedade. Para Sacristán (1995, p. 74), “toda política educativa é, de alguma forma, uma sugestão e uma imposição de práticas, tanto maior quanto mais intervencionista for nos processos pedagógicos e quanto menos capacidade de contestação, replica e participação tiverem os professores”.

Nesse caso, o conceito do autor para “práticas concorrentes”, e suas características perversas, fica evidente, tanto é que, antes mesmo do Novo Ensino Médio terminar sua implementação, já estamos discutindo uma nova proposta para esse seguimento da Educação Básica. O que resulta em nosso caso, numa instabilidade institucional e um desgaste profissional, diante das incertezas e desafios já vividos e quais ainda estão por vir. Isso nos provoca a refletir sobre a afirmação de Oliveira (2021, p. 728) sobre ações, que demonstram o quanto a educação pública é um mercado que interessa a muitos especuladores, encontram acolhida dada a cultura regulatória implantada nos sistemas educativos do país nas últimas décadas, de buscar soluções globais para problemas locais, muitas vezes desprezando a riqueza da experiência comunitária e do acervo de pesquisas sobre a realidade brasileira.

Em suma, muitos de nós “professores(as)/pesquisadores(as)”, temos consciência que uma verdadeira reforma educacional, tem que ser construída ao longo do tempo e sem deixar de ouvir nenhum setor da sociedade que lute por uma educação pública gratuita, de qualidade, laica, pautada nas múltiplas diversidade, democrática e com justiça social. É justamente em nome da minha consciência de classe e social que reafirmo minha frase: “Às vezes, a sensação é que estou enxugando gelo ou no meio de uma tempestade”, mas, continuarei a lutar pela educação que realmente acredito, pautada no pensamento freiriano e libertadora.

É quando nosso corpo fala, contra nossa racionalidade ele age. Eu me coloquei ali, como dizia Freire (2021, p. 8), aberto “a novas reflexões [...] a uma nova experiência, sempre desafiadora, sempre fascinante, a de lidar com uma temática, o que implica desnudá-la, clareá-la, sem que isto signifique jamais que o sujeito desnudante possua a última palavra sobre a verdade dos temas que discute”. Ao assistir àquele vídeo, pude perceber que, muitas vezes, realmente perdemos o controle sobre nós mesmos, devido à situação que estamos vivendo – e mesmo sem dizer nada, achamos que temos a verdade dos temas que discutimos. Por isso, defendo uma formação continuada que leve em consideração momentos de discussão em grupo, como os dispositivos de pesquisa-formação Casos de Ensino e Análise Interpretativa e Reflexiva, que nos permitem realizar uma reflexividade narrativa.

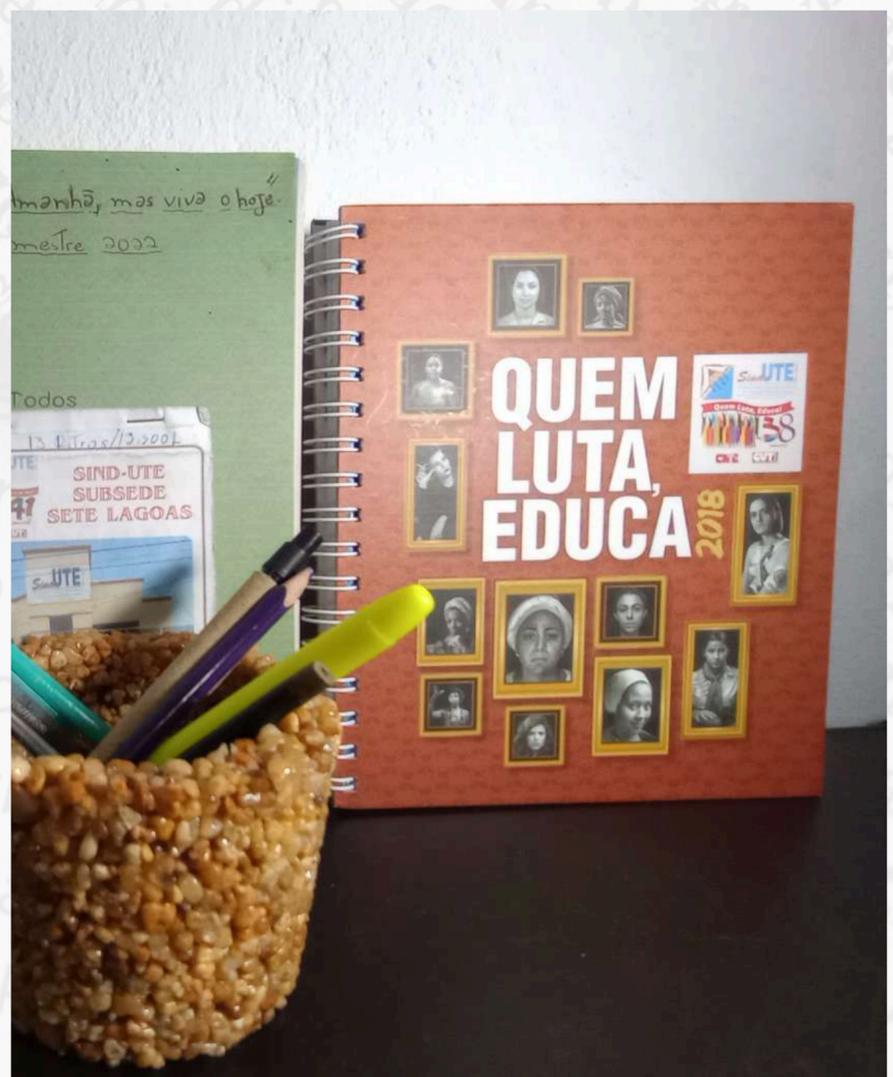
Texto Essa redução na carga horária também impactou no meu salário, acredito que no de outros professores também, pelo fato de nós, professores efetivos da Rede Estadual de Educação de Minas Gerais, termos direito à extensão de carga horária. No estado, o cargo completo de um professor é de 16 aulas semanais, e a extensão é a quantidade de aulas que podemos assumir além das 16 aulas semanais. A redução no salário ocorreu devido ao fato de que, ao longo de minha carreira, sempre contei com a extensão de carga horária. Com essa nova situação, me vejo “obrigado” a lecionar disciplina de Humanidades, dos Itinerários Formativos, para tentar manter o nível salarial. Como as disciplinas dos Itinerários Formativos geralmente estão no sexto horário, tive que abandonar a disciplina para cursar o PROMESTRE, devido à incompatibilidade de horário. Às vezes, a sensação é que estou enxugando gelo ou no meio de uma tempestade. Agora, com o novo governo, temos aberta uma consulta pública para discutir quais serão os novos caminhos que devem orientar o Ensino Médio, sem uma definição definitiva se ele vai ser revogado, reformulado. Espero que seja construída sobre outros pilares educacionais, que realmente atendam aos anseios de todos. No meu caso, que leciono exclusivamente no Ensino Médio, fica a preocupação sobre a situação dos meus estudantes e de tantos outros estudantes que sofreram com um ensino precarizado no período pandêmico devido à desorganização do estado. Fico me perguntado: como será o nosso futuro depois de tantas mudanças desastrosas, e como será reparado o direito constitucional de acesso a uma educação de qualidade, pautado na justiça social? (Excerto dos Casos de Ensino do pesquisador, 2024).

Esse terceiro fragmento do texto apresenta os aspectos relacionados à dimensão “NÓS: temporalidade e contextos”, e o primeiro traço a ficar evidente é o socioeconômico, que reforça a desvalorização dos(as) professor(as) não só quanto às condições de trabalho, mas também salarial. Como afirma Oliveira (2021, p. 726), “os/as professores/as de Educação Básica no Brasil recebem remuneração mais baixa quando comparados aos de outros países, inclusive da região latino-americana”. Essa precarização salarial docente, em nosso caso, tem um impacto direto na jornada de trabalho, pois temos que trabalhar muitas vezes o dobro ou até o triplo de horas para ter um salário digno, o que impõe uma rotina desgastante e falta de tempo para dedicar à formação continuada.

do gelo ou no meio de uma tempestade”, mas, continuarei a lutar pela educação que realmente acredito, pautada no pensamento freiriano e libertadora.

Isso tudo tem me deixado muito angustiado, pois essas novas preocupações em relação ao planejamento ao conteúdo curricular muitas vezes têm como resultado o rompimento brusco e inesperado de algumas discussões que antes eram mais bem refletidas com os estudantes. Muitas vezes, me vejo dando mais aulas expositivas e explicando desesperadamente os conteúdos. Tenho a sensação de não estar sendo o professor que eu queria ser, com a impressão de sempre estar faltando algo a ser ensinado. Isso tem me provocado um sentimento de desolação com o meu processo de ensino e com a não aprendizagem em sala de aula. O que fazer? É a pergunta que me atormenta no meu dia a dia, como professor de geografia no Novo Ensino Médio (Excerto dos Casos de Ensino do Pesquisador, 2024).

Neste último fragmento do texto, explico um dos aspectos da dimensão “EU: Subjetividades – Emoções e tensões, por ele envolver um nível cognitivo de percepção e avaliação de algo, ou seja, ele é construído ao longo de nossas experiências, sejam elas positivas ou negativas. De acordo com Oliveira (2021, p. 728), “esses vínculos geradores de satisfação no trabalho, e sua ausência pode resultar em fonte de angústia, mal-estar e adoecimento”. A contrarreforma do Ensino Médio tem provocado tensões no meu fazer pedagógico, especificamente na escolha dos conteúdos curriculares a serem ensinados, considerando a redução da carga horária. Além disso, sinto-me fragilizado diante da constituição da minha identidade docente, o que tem provocado reações adversas, impactando em meu trabalho no contexto escolar, gerando um sentimento de “culpabilização” e “responsabilização” sobre o meu processo de desenvolvimento profissional.



Considerações Finais

Os resultados da Análise Interpretativa e Reflexiva revelaram que a contrarreforma do Ensino Médio provocou tensões no fazer pedagógico, especificamente na escolha dos conteúdos curriculares a serem ensinados, considerando, entre outros fatores, a redução da carga horária. Além disso, os resultados indicam aspectos que fragilizam a constituição da identidade docente, intensificando o trabalho no contexto escolar e gerando um sentimento de “culpabilização” e “responsabilização”, fragilizando o processo de desenvolvimento profissional.

Sugestão de Leitura

DOCÊNCIA EM PERSPECTIVAS: CASOS DE ENSINO E NARRATIVAS DOCENTES

Paulo Sérgio da Silva Oliveira
Cláudia Starling
Ana Maria Alves Saraiva (orgs.)



Scan me